

Em nota, Itamaraty reitera posição que adotou sexta-feira, na votação da resolução que aprovou a intervenção militar para proteger civis líbios ameaçados pelas forças de Kadafi; mensagem segue a linha adotada pelos demais parceiros do País no grupo Brics

Horas após partida de Obama, Brasil pede à coalizão cessar-fogo na Líbia

BRASÍLIA

Horas depois de o presidente americano, Barack Obama, ter deixado o Brasil – de onde acompanhou os primeiros ataques da coalizão que busca evitar que o ditador líbio, Muamar Kadafi, ataque civis armados que se opõem a ele –, o Itamaraty emitiu ontem uma nota na qual pede um cessar-fogo imediato na Líbia.

Com seus parceiros do grupo Bric – Rússia, Índia e China – e a Alemanha, o País havia optado pela abstenção na sexta-feira, na votação do Conselho de Segurança da ONU que aprovou a Resolução 1.973, medida que autoriza o uso de “todos os meios necessários” para a proteção dos civis. Os demais parceiros do Brasil no Bric emitiram mensagens semelhantes, mas o Itamaraty assegurou ao **Estado** que não se tratou de uma ação coordenada.

O governo de Dilma Rousseff optou por aguardar a saída de Obama do Brasil para fazer a declaração, evitando criar uma saia-justa.

Bem menos cauteloso, o primeiro-ministro russo, Vladimir



GORAN TOMASEVIC/REUTERS

Avanço rebelde. Opositores comemoram diante de veículos de forças pró-Kadafi queimados

Putin, qualificou a resolução da ONU de “cruzada medieval”, enquanto a China comparou a intervenção da coalizão às invasões do Iraque e Afeganistão. O uso da palavra “cruzada” irritou não apenas os europeus,

mas também o presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, que julgou a escolha do termo por Putin de “inaceitável”.

Apesar da diferença de tom, o **Estado** obteve confirmações de que as declarações não foram

feitas todas no mesmo tempo por acaso. Uma cuidadosa coordenação foi estabelecida entre os quatro países para enviar dois recados: primeiro, o mundo não tolerará mais uma ação como a dos aliados no Iraque; segundo,

soluções para crises como a da Líbia terão de ser negociadas.

Outro país-membro dos Bric, a Índia, fez questão de pedir o fim “imediato” dos ataques aéreos contra a Líbia. “O uso da força apenas leva mais sofrimento a civis inocentes, estrangeiros e missões diplomáticas”, declarou o governo indiano por meio de sua chancelaria.

A China também atacou a operação por intermédio de um editorial no principal jornal do Partido Comunista Chinês, o *Diário do Povo*. O regime de Pequim compara os ataques contra a Líbia às invasões americanas no Iraque e Afeganistão. “Os ataques na Líbia representam a terceira vez que alguns países lançam uma ação armada contra um país soberano”, afirmou.

Enquanto Ban Ki-moon, secretário-geral da ONU, e o secretário de Defesa dos EUA, Robert Gates, percorriam o mundo em busca de apoio, crescia o questionamento sobre a legitimidade dos ataques da coalizão entre algumas das principais potências internacionais, o que obrigou o Conselho de Seguran-

ça da ONU a realizar uma nova reunião ontem, desta vez a portas fechadas.

Nos bastidores da ONU, o temor é o de que a onda de críticas enfraqueça a legitimidade da coalizão e da missão aprovada na semana passada. “Precisamos falar com uma só voz”, apelou ontem Ban. No fundo, o que a ação dos emergentes testa também é o jogo de forças em um eventual novo Conselho de Segurança, não apenas com os cinco membros permanentes, mas também com pretendentes como Brasil e Índia.

Além de Brasil, Rússia, Índia e China, os governos da União Africana, Turquia e outros países também criticaram a intervenção militar, evidenciando a falta de unidade da comunidade internacional sobre como lidar com a crise em Trípoli. O Itamaraty alegou ontem que a resolução não deu o resultado esperado, que os danos para a população civil foram altos e ela não parou as forças de Kadafi. Para o governo, apenas uma solução negociada terá resultados no caso da Líbia. / **JAMIL CHADE E LISANDRA PARAGUASSU**